

### 3 – A década de 1970: mudança de rumo

A LDB 5.692/71, que institucionalizou o ensino profissionalizante no segundo grau, provocou alterações no ensino normal, interferindo nos rumos tanto da “Caetano de Campos” como das demais escolas normais. Essa lei estabeleceu o 2º grau com habilitação específica para o magistério, em quatro anos, para o exercício no ensino de 1ª a 4ª séries. Dessa forma, o Curso Normal foi desativado e transformado em “Habilitação para o Magistério”, mudando, conseqüentemente, a tipologia das escolas.

Ao contrário do que ocorreu com o prédio do Jardim da Infância, derrubado em 1939, edifício da “Caetano de Campos” só não foi demolido, no final da década de 1970, graças à mobilização de parte da população.

A indignação do então presidente da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, na gestão do prefeito Olavo Setúbal, o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange, foi explicitada na entrevista, em 2002, ao Centro de Memória e Acervo Histórico. Diante da proposta de derrubada do prédio da Escola Normal, apresentada pelo presidente da Companhia do Metrô, Plínio Assman, em reunião para a implantação da linha Leste-Oeste do Metrô em São Paulo, Mange relembra sua reação:

*“Eu não vou aceitar isso. Eu acho um absurdo que, para se construir uma estação do Metrô se derrube a cidade! Meu Deus do Céu! O Metrô foi criado exatamente para circular debaixo da cidade e para não derrubá-la. Para não fazer essa política horrenda que nós fazemos nessa cidade até hoje, de derrubar a cidade para abrir avenidas, é um absurdo urbanístico! É um contrassenso, eu não tenho como qualificar isso, é uma selvageria, a sociedade está destruindo o seu passado. (...) Eu não vou admitir isso. (...) Peço licença para me retirar porque não posso participar desse ato de vandalismo, desse assassinato da cultura!”*

Com essa atitude, esse ex-aluno da “Caetano de Campos”, nascido em São Paulo em 1922, que iniciou sua trajetória escolar no Jardim da Infância daquela instituição, participou de um movimento vitorioso pela preservação do majestoso edifício.

O prefeito Olavo Setúbal, antigo aluno dessa escola, que, segundo Modesto Carvalhosa (1994), também tinha dúvidas sobre a necessidade de se destruir o edifício, reuniu seu secretariado, que aprovou a implosão do prédio, com a única exceção de Ernest Carvalho Mange. Temendo, entretanto, a reação da opinião pública, a direção do Metrô declarou inicialmente que apenas uma pequena parte do histórico edifício seria afetada. Mas, logo depois, julgando mais conformados os espíritos, soltou uma nota informando que estudos feitos no local não recomendavam a conservação do prédio, pois a construção da estação comprometeria definitivamente a sua estrutura.

A notícia veiculada pelo Secretário de Estado da Educação, José Bonifácio



Saída para o recreio (década de 1970) - Foto usada no movimento de resistência à demolição. Acervo da E E “Caetano de Campos”

Coutinho Nogueira, em 5 de outubro de 1975, mobilizou alunos matriculados em 1945, levando à formação, em 8 de outubro de 1975, da Associação dos Antigos Alunos da Caetano de Campos, que congregou matriculados desde 1920, com o objetivo de lutar pela preservação do patrimônio arquitetônico e da escola ali instalada desde 1894.

Diante da mobilização da sociedade civil, o assessor jurídico da Assembleia Legislativa, Sérgio Borges, trouxe o subsídio que garantiu a salvação daquele valioso patrimônio cultural: o Estado não podia entregar o terreno da Caetano de Campos ao Metrô sem que a Assembleia Legislativa aprovasse a venda ou permuta, através da lei própria. Na época, a maioria de deputados estaduais era do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), opositor da ditadura militar que desde 1964 vigorava no país. Diante disso, o Secretário da Educação, que, segundo o Dr. Modesto Carvalhosa (1994) era um dos entusiastas da demolição, tentou encontrar terrenos da Prefeitura que pudessem ser 'permutados' pelo da Escola da Praça.

Em 1975, a associação dos antigos alunos entrou com uma ação popular no foro de São Paulo, solicitando a suspensão da liminar de demolição por ausência da citada autorização legislativa. Em sessão à qual compareceram representantes da sociedade civil, centenas de personalidades e caetanistas, foi aprovado, por unanimidade, o projeto de lei nº 5.091, de iniciativa dos deputados Wadih Helou e Osiro Silveira, com o apoio de Sólton Borges dos Reis, líder do governo estadual. Esse projeto de lei dispunha sobre o tombamento do edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, como monumento histórico do Estado de São Paulo.

Mas, segundo Modesto Carvalhosa, essa vitória esmaeceu com o passar dos meses, pois o então Secretário da Educação, "em clara retaliação à derrota que se tornara pessoal, providenciou a remoção do Instituto de Educação do edifício da Praça da República. E para ainda mais desfigurar a tradição da Escola como o símbolo da instrução pública leiga no Brasil, cindiu-a, deslocando os seus alunos e professores e o seu precioso acervo histórico para dois edifícios, nivelando-a às demais da Rede Estadual de Ensino. Esse ato funerário do antigo e glorioso Instituto de Educação Caetano de Campos foi solenemente celebrado no início de 1978, dois anos após a vitória esmagadora pela preservação, que se queria não apenas do edifício histórico, mas da própria Escola, **alma mater** do ensino público do Brasil republicano" (1994,160-161).

Dessa forma, a tradicional "Caetano de Campos", na época EEPSC Caetano de Campos, foi desdobrada em duas, com a mesma denominação, ocupando dois prédios em diferentes endereços, conforme a resolução nº 12, de 30 de janeiro de 1978, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 31 de janeiro.

Portanto, atualmente temos duas escolas Caetano de Campos na rede estadual de educação de São Paulo: a Escola Estadual Caetano de Campos, que funciona na rua Pires da Mota, nº 99, no bairro da Aclimação e a Escola Estadual Caetano de Campos, que funciona em outro edifício, na Rua João Guimarães Rosa, nº 111, bairro da Consolação.

Muitos foram os alunos que tiveram a oportunidade de estudar na respeitada escola "Caetano de Campos", os chamados caetanistas. Entre eles, destacamos algumas personalidades que a frequentaram antes da mudança de endereço e do desmembramento em duas escolas: Dagmar Ferreira; Eduardo de Oliveira; Eliana Cáceres; Ernest Robert de Carvalho Mange; Francisco Matarazzo; Guiomar Novaes; Maria R. Matarazzo, Cincinato C. Braga, Mário de Andrade; Cecília Meireles; Maria da Glória Capote Valente; Euzébio Queiroz Mattoso Filho; Francisco Peixoto Gomide; Oscar Americano; Clibas de Almeida Prado; Maria Eugênia de Abreu Sodrê; Carmen

Montoro; Genoveva Toledo Piza; Helena do Valle Amaral Gurgel; André Franco Montoro; Ruth Monteiro Lobato; Palmyra Carvalho Pinto; Fausto Eiras Garcia; Marina Mesquita; Ricardo Capote Valente; Nelson Amaral Gurgel; Paulo Eiró Gonçalves; Julio Cerqueira Cesar Netto; Luciano Gomes Cardim; Paulo Sergio Milliet da Costa e Silva; Renato Consorte; Lúcia Ulhoa Cintra; Maria Helena Gomes Cardim; Maria Isaura Pereira de Queiroz; Maria de Lourdes Abreu Sodré; Modesto Carvalhosa; Odete de Barros Mott; Rosa Maria Tavares Andrade; Sérgio Buarque de Holanda; Theodoro Sampaio Filho.

Após ser desocupado, em 1978, o edifício da Praça da República sofreu obras de restauração e revitalização, promovidas pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), e supervisionadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT). Para adaptá-lo à sua nova condição, foram feitas algumas alterações internas, construídas garagens subterrâneas, com jardins sobre suas lajes de cobertura, procurando conservar a integridade espacial dos pátios. O projeto ficou a cargo da equipe técnica do arquiteto Benedito Lima de Toledo.

Reinaugurado em 19 de fevereiro de 1979, o edifício, atualmente denominado Casa Caetano de Campos, passou a abrigar a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, atualmente Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/SEE.

Tombado como bem cultural do Estado e do Município de São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), esse edifício “reflete os vários conflitos da vida urbana, é palco de várias manifestações sociais e está circundado por vias de tráfego intenso, onde predomina a velocidade e a poluição do meio ambiente” (DIÉGOLI e MAGALDI: 1994, p.36).

Seu precioso acervo, que sofreu a ação do tempo e da falta de cuidado para a valorização e preservação da memória, encontra-se, desde a existência do Centro de Memória e Acervo Histórico (CEMAH). Sob a coordenação do CEMAH, esse acervo está em processo de higienização, restauração e classificação. Está aberto para acesso de pesquisadores, além de fornecer materiais para a montagem de exposições de longa e curta duração, promovidas pelo CEMAH (veja neste site: Serviços).

Tendo em vista a importância histórica da Escola Caetano de Campos, o acesso ao seu acervo seguramente possibilita a ampliação de estudos sobre a memória da educação paulista.